

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Jovelina Ruela Silva

**DANDARA: A TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ESTABELECIMENTO DE  
UMA COMUNIDADE CRIADA A PARTIR DE UMA OCUPAÇÃO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dra. Marcella Beraldo de Oliveira.

Juiz de Fora  
2018

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **JOVELINA RUELA SILVA**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672142A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DANDARA: A TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ESTABELECIMENTO DE UMA COMUNIDADE CRIADA A PARTIR DE UMA OCUPAÇÃO**, desenvolvido durante o período de Março de 2018 a Julho de 2018 sob a orientação de Marcella Beraldo de Oliveira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**JOVELINA RUELA SILVA**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# DANDARA: A TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ESTABELECIMENTO DE UMA COMUNIDADE CRIADA A PARTIR DE UMA OCUPAÇÃO

Jovelina Ruela Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é fazer uma breve estudo, através do documentário “Dandara: enquanto morar for um direito, ocupar é um privilégio”, citando os principais depoimentos de moradores e contribuintes da Comunidade Dandara, para que se possa ter uma melhor compreensão da história e construção dessa comunidade que se mantém viva e em constante progresso até os dias atuais; além de fazer uma rápida menção sobre o direito à moradia no Brasil que desde a Constituição Brasileira de 1988, está regido em alguns de seus inúmeros artigos, o direito a esse bem. Com isso, têm-se o interesse de colocar os leitores no contexto da situação do Dandara, que é apenas uma das milhares de ocupações existentes no Brasil atualmente. Mesmo não sendo o foco principal do documentário, definiremos os conceitos de gênero e raça à partir de estudiosos dessas duas teorias, fazendo uma breve associação com as mulheres da comunidade, que tiveram grande participação na construção e no estabelecimento da comunidade e também pelo fato de que grande parcela da população da comunidade é composta por negros, que continuam sendo categorizados em diversos estereótipos raciais, além de sofrerem com preconceitos da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade Dandara. Direito à moradia. Moradores

## 1. INTRODUÇÃO

Diante do cenário brasileiro de ocupações em todos os Estados, por diferentes formas de movimentos ocupacionais, de como isso repercute nas mídias brasileiras (muitas vezes de maneira negativa), e de como as pessoas não estão familiarizadas com o assunto, tem-se uma grande necessidade de falar sobre essa temática como forma de esclarecimento para a sociedade de forma que esta parte da população não seja tão subjugada; assim como para mostrar que esta parcela da sociedade (que não é pouca) merece uma moradia digna e tem direitos garantidos em constituição a ela. Além disso, o que podemos perceber é que na maioria desses embates, os alvos destas questões são sempre negros e/ ou pessoas com uma renda precária que não dispõem de recursos para se manterem em uma residência pagando impostos, até porque muitos não possuem renda fixa, ou ganham um salário muito baixo, que não permite que paguem impostos altíssimos. O documentário Dandara – enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito, produzido em 2013 e que tem direção de Carlos Pronzato e direção de produção de Cristiane Paolinelli, conta com depoimentos de moradores, militantes (como as brigadas populares e a Rede Solidarietà), e apoiadores (professores, arquitetos e sociólogos, entre outros) ao longo de seus 65 minutos de duração, um pouco da história dessa ocupação que surgiu em 2009, e que lutaram e ainda hoje lutam pelo direito às terras como forma de moradia e de melhorias para os habitantes da comunidade:

William Azalim: - Dandara é uma ocupação urbana que surge em abril de 2009, na luta contra o capital especulativo. A gente entende, nós das brigadas que as ocupações urbanas, elas não são só um meio de adquirir direito à moradia dessas famílias que aqui se encontram, mas também um instrumento político de luta (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 03'38" em diante).

O título da produção artística faz referência à Dandara do quilombo dos Palmares, a maior comunidade quilombola já existente na América, que foi uma guerreira no período colonial do Brasil (mais precisamente no século XVII), também considerada um símbolo feminino negro na luta contra a escravidão e na defesa de sua comunidade. Assim como Dandara, a comunidade que emergiu em 2009, buscava naquela data obter o direito de terras que estavam totalmente desabitadas tanto sem função de moradia ou de empreendimento econômico.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: jovelina\_10@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Marcella Beraldo de Oliveira.

O objetivo do trabalho é fazer uma análise de alguns dos depoimentos dos integrantes e moradores da comunidade, mostrando as dificuldades encontradas por eles tanto para se estabelecerem no terreno quanto para se manterem, já que não tiveram muito apoio inicial de pessoas externas à ocupação. Faremos um breve paralelo com as questões raciais e de gênero, já que a população teve um longa batalha para tornar a área uma moradia, e de que foram as mulheres as grandes protagonistas do trabalho de construção do Dandara; e que os moradores sofrem com preconceitos e estereótipos por parte da sociedade por sua raça e por serem provenientes de áreas humildes. Como se pode notar, o documentário é voltado para questões do direito à moradia, as questões raciais é um resultado do processo de como as desigualdades e a discriminação provocam à pessoas que não tem poder aquisitivo no Brasil. É de extrema importância mostrar a força dessas mulheres, exatamente por até então vivermos em uma sociedade, que é muito desigual nos moldes dos gêneros, que a mulher continua sendo desvalorizada, seja pelo seu trabalho, pela sua capacidade intelectual, ou até mesmo pelo simples fato dela ser uma mulher; e observar a importância que elas tiveram para a construção desta comunidade. Serão utilizados no artigo dados estatísticos para mostrar a situação atual do Brasil nos contextos que serão tratados.

## **2. DIREITO À MORADIA, HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO DANDARA.**

A Constituição Federal de 1988, no seu documento de Direitos Sociais, prevê em seu artigo 6º a garantia de vários direitos, alguns como à alimentação, saúde, educação e segurança, assim com o direito à moradia, alvo da discussão pretendida: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2018, p. 500). Sabendo que a moradia é uma necessidade indispensável aos seres humanos de baixa renda (FREITAS, 2014), um grupo formado por militantes, apoiadores e aqueles que viriam a serem moradores da comunidade decidiram se reunir para desenvolver um projeto de ocupação de um espaço localizado na região da Pampulha em Belo Horizonte, uma região muito valorizada da capital mineira que abrange diversos bairros, museus, onde também fica situada a conhecida Lagoa da Pampulha, além de aeroportos o estádio de futebol Mineirão e do campus Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A intenção era ocupar um terreno de aproximadamente 40.000 mil metros quadrados que estava sendo usado para especulação. As Brigadas Sociais que é uma organização militante de caráter popular, foi uma das principais organizações que lutaram junto para adquirirem o direito ao espaço para a construção de uma moradia, que conta com advogados arquitetos, geógrafos que contribuem para o plano da ocupação.

Logo no início do documentário mostram-se depoimentos de moradores da comunidade; um deles é de Dona Maria da Penha e o outro é de Edson de Souza. Esses moradores dizem que antes da ocupação o terreno se encontrava desabitado, e que servia apenas para crimes devido a grande quantidade de mata, o que facilitava o ambiente para cometimento de delitos. Dessa forma, vendo que o local não tinha serventia alguma, ocuparam-no, roçaram todo o mato que havia no terreno, limpam tudo e foram fazendo suas moradias. Joviano Mayer, advogado das Brigadas Populares, é uma das principais vozes da produção. Ele dá seu depoimento, ao longo do documentário dentro de um carro que ele próprio está dirigindo pelas ruas do Dandara. Joviano afirma que a comunidade começou a ser construída um ano antes do mês de abril de 2009, a partir da organização de reuniões com grupos do movimento sem terras, o fórum de moradia do Barrero, e as próprias brigadas populares; para discutirem as propostas que seriam implantadas na ação. A proposta inicial, segundo Mayer, era fazer um acampamento rururbano que seria uma proposição que trariam elementos da ruralidade e da urbanização vinculadas à esfera do trabalho e da produção. Pedro Otoni, Secretário Político Nacional das Brigadas Populares até o início de 2017, explica mais detalhes sobre o que seriam esses acampamentos:

Pedro Otoni – Seria associar a questão da moradia com a questão do trabalho, da geração de renda né, da arquitetura urbana, enfim, fazer um outro modelo, já um pouco inspirado nas comunas em São Paulo, que são experiências do MST, estivemos lá, inclusive colhendo informações a respeito e a primeira concepção que surgiu da Dandara, seria esta (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 04'24" em diante).

Joviano retoma lembrando do primeiro dia da ocupação, em que ele e moradores chegaram no terreno por volta das quatro da manhã na região da Pampulha, em uma área de 40 hectares, acompanhados de carros,

ônibus e caminhões, preparados para ocuparem o local. Ele continua falando da magnitude da ação, e que já tinha certa consciência de que haveria represálias dos órgãos públicos, pois, sendo a Pampulha uma região nobre de Belo Horizonte o terreno tinha um valor aquisitivo muito grande. Aquilo que foi planejado, foi aos poucos ganhando forma; a moradora da comunidade Sônia Maria Mendes conta relatos dos primeiros dias da ocupação. Segundo ela, quando todos entraram no terreno, houve uma grande repercussão, e logo no início a polícia ficou sabendo dessa ocupação e se aglomeraram na “porta” da futura comunidade. Dessa forma, houve diversos conflitos entre os policiais com o conglomerado do local, em que muito que ficaram feridos. Sônia conta que os policiais se utilizaram de balas de borracha, spray de pimenta e bombas de gás que atingiram muitas crianças presentes no local. Ela ainda diz que eles resistiram a esta repressão dos militares e que a partir dali, foram se espalhando pelo local e ocupando o terreno todo e se firmaram na região inicialmente com “barraquinhas de lona”. Segundo depoimentos de outros moradores, foram vários meses em que as pessoas passaram naquela situação, confinadas debaixo de lonas pretas. Entretanto, batalhavam para que pudessem driblar as ações da polícia no terreno e se estabelecerem na área. A também advogada da Rede de Solidariedade, Maria do Rosário de Oliveira, conta como foi esse meio tempo e quais foram as decisões tomadas pela comissão de frente do movimento para que conseguissem se garantir no local:

Maria do Rosário de Oliveira: - Como a polícia, no princípio, impediu que as famílias se expandissem por todo o terreno, elas ficaram por um período de aproximadamente seis meses, acurraladas, dentro de um espaço bem pequeno, os barracos um em cima do outro né. E aí nas reuniões, nas articulações, a gente foi preparando essa ocupação de toda a área (...) E no dia que estava marcado, já com tudo preparado, essas famílias de forma organizada, foram descendo em procissão como a mística, né, a polícia achava que o povo estava rezando, mas na verdade, o povo estava ocupando o terreno (...) E aí horas depois, toda a área já estava com os seus barracos e cada grupo de cem, cento e dez famílias já no seu espaço devido. E no dia seguinte, todo terreno com os barracos de lona; e aí começou um processo de luta, apesar da vigilância da polícia, para a construção das casas de alvenaria (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 09'48" em diante).

A partir daquele momento citado por Maria do Rosário se iniciou o processo de criação de uma comunidade, que como já dito por idealizadores do movimento, visava-se a autossuficiência e a sustentabilidade e acima de tudo a união de todos, pois apesar da conquista, ainda havia muito trabalho para ser feito. A primeira ação a ser feita seria se estabelecer no local, construindo casas e separando as ruas que foi um momento de grande dificuldade da comunidade. A líder comunitária das Brigadas Populares e também moradora da comunidade Dandara, Angela Fagundes conta que no começo das construções dos “barracos” ficou determinado que cada família deveria ocupar um espaço de 128 metros quadrado. Os moradores encontraram ainda mais dificuldades para construir suas casas. Orlando Soares morador e Líder Comunitário das Brigadas conta sobre a dificuldade da introdução de materiais para a construção de suas casas, pelo fato de a polícia ainda rondar o local. De acordo com ele a entrada dos materiais na comunidade era impedida pela polícia militar, e que para poder construir “os barracos” era preciso resistir ao poder dos militares. O discurso comovente de Fátima Cruz, também moradora do Dandara mostra o quão dura foi a luta para o estabelecimento dos moradores nas terras da cidade mineira, mas também mostra a persistência de cada um que não se abateram diante da repulsa da polícia militar que colocaram vários empecilhos para que o projeto da comunidade não fosse adiante:

Fátima Cruz: - Foi muito difícil porque você chega precisando de casa e você não tem casa e você não tem um lugar que você chama de seu. Mas todo dia tem uma polícia batendo na sua porta, vigiando você vinte e quatro horas nesse início; a gente não conseguia entrar com material para fazer um barracão mais descente, era só na lona, no madeirite. E a gente, um companheiro que tinha carro, a gente ia pedindo aquele e a gente tampava com coberta, tapava com coberta, botava os tijolos no carrinho de neném, saco de cimento; isso com fome, sede, cansaço, e sem dormir. (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 13'12" em diante )

Como já dito, a proposta era de construir uma comunidade rururbana quando fosse gerado o lote. De acordo com o arquiteto Thiago Castelo Branco, a proposta era de começarem a serem desenvolvidas hortas para que fossem um elemento importante para sustentabilidade do lugar. Assim, foi introduzida a ideia de horta comunitária, onde os moradores plantavam alimentos que serviam para sua própria alimentação. Dona Fátima

Cruz, que veio do interior do Estado de Minas Gerais, disse que sempre mexeu com plantações. Ela foi uma das principais idealizadoras da criação da horta e cultivava em suas terras plantas medicinais, flores, que em suas palavras são para alegrar o lugar, e verduras que segundo ela, não podem faltar. Apesar de terem ocupado as terras da região de Belo Horizonte com êxito, os moradores ainda tiveram que enfrentar muitos problemas para conseguirem, de fato, se estabelecerem no terreno. Um dos maiores problemas que a comunidade Dandara enfrentou foi na questão dos saneamentos básicos. Em virtude de ser era uma ocupação que ia contra tudo e todos, nenhum dos órgãos governamentais tiveram interesse de viabilizarem o fornecimento de água tratada e energia elétrica de qualidade para a comunidade, levando-lhes a colocarem fontes clandestinas em suas casas. Os moradores dizem que esses assuntos eram levados à prefeitura da cidade e a mesma não tomava nenhuma medida para resolver a situação, o que os levaram a tomarem suas próprias providências. Dona Selvina, mais conhecida como “Preta”, moradora da comunidade também conta sobre a situação vivida pela comunidade para o entrevistador:

Selvina: - A gente não tem um comprovante de água, um comprovante de luz, a gente não tem direito. Não é porque a gente não quer pagar a água e a luz (...) é porque a prefeitura não pôs, é o estado que não liberou. Nós já corremos atrás disso (...) a Cemig não põe porque ela alega que depende da prefeitura, a copasa da mesma fora. Então nós temos água e luz clandestina não é porque a gente quer, é porque a gente precisa, a gente precisa de tomar banho, a gente precisa de comer. O que que a gente vai fazer sem água e luz?

Entrevistador: - Como vocês fazem com a água e a luz?

Selvina: - Uai pessoal faz os gatos aí, igual todo mundo tá vendo, não é porque quer; e a Cemig já nem tira porque ela sabe que não é porque a pessoa quer que tá pegando gato lá, é porque precisa isso é um bem assistencial, você precisa disso. Todo mundo tem que ter direito pelo menos a água e a luz (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 26'02" em diante ).

A falta de saneamento básico não é um problema que atinge apenas a comunidade do Dandara, mas todo o território brasileiro. Segundo dados do IBGE, que foram publicados pelo site de notícias Uol, o levantamento feito em 2011 indicou que 71,2% dos municípios não possuíam política de saneamento básico e que a maioria das cidades brasileiras (47,8%), não possuem um agente de fiscalização da qualidade da água. O Dandara entra nessas duas porcentagens, mas a última é ainda pior. Dessa forma, a comunidade que há pouco já haviam se estabelecido no local, ainda tiveram que enfrentar impasses como estes que só pioravam a qualidade de vida dos moradores, já que os mesmos não possuíam saneamento. Mais uma vez, o Estado deixava de garantir direitos que são essenciais para a humanidade. Para garantirem seus direitos, moradores e ativistas organizaram várias marchas organizadas pelos moradores, que saíram da comunidade a pé e se dirigiram para o centro de Belo Horizonte, que fica há vinte cinco quilômetros da comunidade. Crianças e adultos se encaminharam para o centro da cidade entoadando canções e rezas. A canção entoada por eles que sem dúvidas chama muita atenção é a seguinte: “ô Dandara ô dandara ô, essa luta aqui vale mais que ouro em pó, ô dandara ô dandara ô, essa luta aqui vale mais que ouro em pó” (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 30'32" em diante ).

Para quem não está inserido na vida diária da comunidade, pode pensar que é uma população desorganizada, que não foi pensada antes da ocupação o terreno, contudo, não é o que se vê nela. Não só pelo fato de as pessoas não terem muito acesso aquela comunidade, como também pelo fato de vivermos em uma sociedade discriminante, que quando se fala de uma comunidade que possui uma parcial considerável de pessoas negras e de baixa renda, como a do Dandara, o preconceito é ainda maior. Portanto, retomando uma ideia apresentada anteriormente, cada metro quadrado da comunidade foi planejado cuidadosamente, por arquitetos urbanísticos, como também da comunidade, que também teve participação direta na criação do projeto urbanístico que estava dentro do plano diretor da cidade de Belo Horizonte, que é principal ferramenta no planejamento das cidades, deste modo, não tem motivo, para que órgãos públicos digam que a ocupação não é bem planejada:

Pedro Otoni: - Esse plano é uma orientação geral que inclusive contraria um discurso oficial da prefeitura dos órgãos públicos que sempre argumentam que este tipo de ocupação não tem planejamento (...) se não tem planejamento não é possível de ser regularizada porque não tem o respeito a ordenação urbana, as normas de funcionamento da cidade. Aqui é diferente, aqui nós pegamos as informações que nós tínhamos as orientações do plano diretor e construímos uma ideia de ocupação, respeitando essas determinações do plano diretor. . (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 34'57" em diante )

Ora, se o projeto do Dandara é muito bem organizado, então não sobra justificativas para que a prefeitura ou o Estado não regularize a situação de milhares de moradores do local. Entretanto, não é o que acontece, o que faz com que a comunidade fique ainda mais aprisionada em um contexto de estereótipos. A situação referida é com relação a crimes que costumam ocorrer em volta da comunidade, aos quais refletem responsabilidade nos moradores. Fátima Cruz argumenta que é um lugar muito tranquilo com relação à violências e acidentes, porém, ela diz que pessoas externas à comunidade culpam os moradores do Dandara por tudo de desagradável que acontece. Segundo Joviano Meyer, o Dandara tem três eixos fundamentais; o primeiro eixo e o mais importante deles é a organização de base, que é a organização das famílias, as reuniões, uma dimensão mais interna. Tem também a dimensão da luta política, e a terceira dimensão é a dimensão da rede de solidariedade. Ele também cita o quanto a comunidade recebeu apoio não apenas de Belo Horizonte como também do mundo inteiro. Foi realizada uma campanha internacional, que consistia na publicação de fotos por pessoas do mundo inteiro, que apoiavam a causa da ocupação com a seguinte frase: “Despejo não, com Dandara eu luto!”, que se somou à moradores de comunidades vizinhas, outros movimentos sociais e organizações políticas, inclusive instituições públicas, que se articularam em favor do Dandara, nos momentos em que se existiram uma ameaça de despejo.

### 3. GENERO, RAÇA E O PROTAGONISMO FEMININO NA OCUPAÇÃO

É importante ressaltar a participação feminina na formulação e construção do Dandara que é composta por uma parcela de mulheres negras e tem seu nome proveniente de uma guerreira do período colonial, chamada Dandara dos Palmares, que lutou ao lado de seu marido Zumbi dos Palmares e teve de defender seu povo de ameaças, assim servindo de exemplo nos dias atuais, para nos lembrarmos que o gênero feminino também deve ser valorizado. Como dito no documentário, para muitas mulheres era um sonho de ter sua casa própria e sair do aluguel, até porque muitas famílias que vivem hoje na comunidade são de baixa renda. É claro que no início surgiram-se muitas dúvidas, já que as terras eram resultado de uma ocupação e que supostamente pertencia a uma empresa, na qual podia a qualquer momento chegar com uma ordem superior de despejo para os moradores daquela comunidade. Mas as mulheres foram bravas, se arriscaram, até porque elas sabiam que não era um tiro no escuro, elas tinham noção de que o projeto era grandioso e fizeram parte dessa construção, e porque a comunidade fora pensada um ano antes de as terras serem ocupadas, tinha-se um projeto urbanístico da comunidade, para que a mesma não sofresse represálias do poder público.

Nesta parte do artigo, vamos buscar entender um pouco mais sobre as questões de gênero, assim como seu conceito na sociedade moderna. Uma das principais teóricas que vem abordar esse termo é a filósofa Judith Butler, para ela a questão do gênero não é um fator pessoal, não nascemos com um gênero pré-definido, ele nos é ensinado pela sociedade e pelos símbolos que o permeia. Quando Simone de Beauvoir, em seu famoso livro *Segundo Sexo*, fala a famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se uma” ela exemplifica de forma muito sucinta o que Butler nos propõe: “Gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, Judith, 2008, p. 59).” O chamado, por Butler de gênero estático é embasado nos símbolos que a sociedade atribui para cada sexo, o feminino é rosa, é delicado, é submisso. O masculino é azul, é forte, é dominante. Com isso, desde o nascimento o indivíduo já nasce com cor, comportamento e destinos permeados por signos e significantes de uma sociedade baseada no machismo e patriarcado. Por isso, muitas vezes mulheres são colocadas em lugares inferiores e atribuídas à fraqueza. Na Comunidade Dandara enxergamos o oposto disso, são mulheres fortes, empoderadas, em sua grande maioria negras e que se colocaram como agentes da sua própria vida, como no caso de Oletista, que rompe o domínio do homem quando contraria a vontade do marido de não seguir para a comunidade, e com suas próprias mãos constrói sua casa. Ela então, seguiu para a comunidade junto de seu filho, que em suas palavras, na época tinha doze anos, que também a ajudou levantar sua casa. Somente depois que ela finalizou a construção de seu “barraco”, assim mencionado por ela, o marido decidiu seguir para o lugar, porque percebeu que a comunidade estava dando certo. As próprias pessoas que hoje moram na comunidade, antes de entrarem faziam uma espécie de prejulgamento do lugar, pois não queriam serem associadas à uma ocupação, ou então tinham medo de que fossem retiradas da comunidade e ficassem sem moradia.

Oletista Resende: - Meu marido não queria vir. Não queria de jeito nenhum. Porque quando eu via passando aquele povo andando naquela Rio-Bahia naquela BR-116 e todo canto, eu fechava o olho e via

na televisão. Quando surgiu o Dandara, eu entrei e o meu marido disse “você é doida? Você vai entrar nesse negócio aí? Você não lembra que você chorava quando via o povo? Esse negócio é o mesmo daquele” Ah mas eu já estou dentro e vou ficar. (DANDARA: ENQUANTO MORAR FOR UM PRIVILÉGIO, OCUPAR É UM DIREITO, 2013, 45'50" em diante ).

Outra autora importante para a construção das teorias sobre gênero é a historiadora norte americana Joan Scott. Para Joan Scott, o gênero é construído pela sociedade em três etapas, a primeira é puramente a associação entre feminino e mulher e feminino e gênero. Essa associação seria o signo primeiro de todo o processo da construção de gênero social, sendo ele realizado por muitas vezes até inconscientemente. O segundo momento é a relação entre mulheres e homens, quando o homem passa a ser um elemento nessa etapa, é um passo desconstruir a questão do gênero apenas a limitação das mulheres, porém não significa que o conceito de gênero venha a se tornar “ideal”. “Nesse caso, gênero adquire um caráter relacional e quebra com a ideia de que estudar mulher é se adentrar em uma esfera separada. Pelo contrário, só faz sentido falar em mulher se falarmos em homem e vice-versa” (SENKEVICKS, 2011, p. 1). Esse é um dos pontos que Scott toca no seu artigo *Gênero: uma categoria útil para análise*, no qual ela disserta sobre a importância de se estudar o homem e a mulher nas mesmas esferas, creditando assim importância a ambos.

No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica. (SCOTT, Joan, 1995, p.5)

No artigo “O conceito de gênero por Joan Scott: gênero enquanto categoria de análise” (SENKEVICKS, 2012, p. 1), Scott propõe que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Ela também, ainda de acordo com autor, não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa a ela são as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas. É importante falar sobre preconceito e raça, já que a comunidade é composta por pessoas negras, além do próprio nome da comunidade que faz referência a uma importante figura da história, além também de vivermos em uma sociedade que apesar de ser majoritariamente composta por mestiços que são misturas de raças, o racismo ainda está enraizado na sociedade. Também de acordo com o artigo publicado no portal terra, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) em 2012, o percentual de mestiços era de 45,3%. O negro ainda continua sendo o mais discriminado, além de sofrer com estereótipos, e ainda permanecer sendo minoria nas escolas, faculdades e nas grandes oportunidades de trabalho.

Definindo brevemente do que se trata gênero e associando com a Comunidade Dandara, devemos agora nos ater ao conceito de raça e principalmente a como ela interfere diretamente nas questões sociais, educacionais, culturais e econômicas em nosso país. Raça para o sociólogo britânico Anthony Giddens é o “conjunto de relações sociais que permite situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados” (GIDDENS, 2005, p. 205). Ou seja, raça é a distribuição de características físicas e estruturais que permeiam e determinam os conjuntos e aspectos de cada grupo. Mas deve-se pensar que raça e etnia, por vezes erroneamente associados, são completos oposto. Etnia se refere ao grupo que a pessoa pertence, por exemplo, as diversas tribos e etnias africanas e indígenas, não é necessariamente por pertencerem a determinada etnia que suas características fenotípicas remetem a uma única raça.

O negro no Brasil remete a uma historicidade e o negro marginal remete a um país colonial e escravizador que tem em sua história uma raça subjugando a outra e criando uma dominância que existe até hoje. O negro é marginalizado, criminalizado e colocado a margem da imagem. As negras são hipersexualizadas, são as serventes, as do lar. Esses aspectos ainda existem na maioria dos países que tiveram a escravidão de negros permeando sua história (exemplo dos EUA e o a segregação racial). Vivemos em um país onde ser negro é sentença e os próprios brasileiros sabem disso. De acordo com IBGE, os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população. Já em relação a população pobre, o mesmo órgão revela que 76% dela é composta por negros. Para exemplificar a marginalização do negro na sociedade, 64% da população carcerária no país é composta por negros e esses números só vem aumentando. Mas por que expor esses dados? Estamos falando de uma comunidade advinda de ocupação,



muitas das famílias que ali residem são compostas de pessoas negras, sendo em sua maioria mulheres. Suas rendas estão abaixo de um salário mínimo por pessoa e por vezes ocupam cargos mal remunerados e sem nenhuma regularização trabalhista. Expor os dados sobre a população negra só nós faz entender melhor como as questões sociais e raciais influenciam e regem a população brasileira.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o documentário foi lançado em 2013 e que mostra a trajetória da Comunidade Dandara desde o seu início em 2009, passando por grandes dificuldades (e que até hoje passa), é necessário afirmar que a situação atual da comunidade é diferente, sendo disponibilizadas diversas melhorias para a comunidade desde então. No entanto, como o documentário se atem à questões voltadas para a construção e estabelecimento da comunidade, o que foi assunto do presente artigo, não será colocada informações sobre o que aconteceu após a produção artística. O que se pode perceber com tudo o que foi exposto ao longo do artigo é que o Dandara, assim como diversas outras ocupações é produto de uma luta unificada que visa melhorar a vida de brasileiros que são excluídos das garantias que a constituição deveria proporcionar. Pode-se observar com informações levantadas pela ONU, publicadas pelo jornal Correio Brasiliense, que milhares de pessoas no Brasil ainda não possuem moradia, número correspondente à 33 milhões de brasileiros sem moradia. É por isso que há cada vez mais, a necessidade da ocupação de terrenos, já que a população vem aumentando gradativamente ao longo dos anos, juntamente com o desemprego, o que impossibilita o custeamento de aluguéis pelas pessoas, sendo que nem mesmo as iniciativas federais são capazes de suprir esse déficit presente no território brasileiro.

Apesar de que o documentário tenha uma abordagem mais voltada para a questão do direito à moradia, foi importante colocarmos sobre a questão de raça e gênero mesmo que de maneira breve, pois tem muito a ver com esta comunidade, pois ela é formada por pessoas negras. Além de raça, falar sobre gênero também permeia a estruturada comunidade já que é através do protagonismo das mulheres que a comunidade se ergueu, resistiu e se consolidou em Belo Horizonte. Falar de uma comunidade composta por nichos da população que são marginalizados e expostos a fatores de risco, que se estrutura de forma eficaz e luta por um espaço, por seu espaço de direito, é mostrar como as barreiras do preconceito estão sendo ultrapassadas e como iniciativas como essa fomentam a quebra de paradigmas e a ascensão, mesmo que a passos lentos, da comunidade e de todas as suas particularidades. Não queremos, de maneira alguma tirar a participação que os homens também tiveram na construção da comunidade, apenas queremos mostrar que em um mundo ainda dominado pelo patriarcalismo, há símbolos femininos que vão contra esta corrente dominante masculina. Desde o primeiro momento, procuramos expor principalmente sobre a trajetória da comunidade que mesmo após muitas dificuldades, conquistaram o direito as terras com todas as necessidades básicas que se devem ser garantidas ao indivíduo. Esta temática é muito importante uma vez que muitos brasileiros não têm grande conhecimentos sobre o que são estas ocupações e os que acham que conhecem, fazem um julgamento precipitado sobre estas pessoas, que apenas querem fazerem valer os seus direitos, mostrando que enquanto não tiverem viabilizações de moradias para todos, ocupar será sempre uma obrigação.

#### REFERÊNCIAS:

AUGUSTO, OTÁVIO. **33 milhões de brasileiros não têm onde morar, aponta levantamento da ONU**, 2018. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil,678056/deficit-de-moradias-no-brasil-chega-a-6-3-milhoes-sp-tem-a-maior-defa.shtml>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

AGÊNCIA IBGE Notícias. **IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça**, 22 de julho 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14057-asi-ibge-divulga-resultados-de-estudo-sobre-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

AGÊNCIA IBGE Notícias. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**, 24 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. Ementa Constitucional nº 90 de 16 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo; A experiência vivida**. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1967.

BLOG LOPES. **Pampulha: região moderna de grande destaque em Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://www3.lopes.com.br/blog/conheca-seu-bairro/pampulha-belo-horizonte/#axzz5KK5K4my8>>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

DANDARA: Enquanto morar for um privilégio ocupar é um direito. Direção de Carlos Pronzato. Direção de Produção de Cristiane Paolinelli. Brasil. Realização: Brigadas Populares, Rede de Solidariedade, Lamestiza audiovisual Co-realização: Casa Fora do Eixo Minas, Usina Hiperídia, Maria Objetiva, Coletivo Margarida Alves, 2013. (62 min), col. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5fjza-hZ4B0>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

FREITAS, HÉLBER. **Direitos sociais: direito à moradia**, 2014. Disponível em: <<https://helberfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/145423551/direitos-sociais-direito-a-moradia>>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

GIDDENS, Antony : **Sociologia**. 6ª Ed, Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em: <<https://damas20162.files.wordpress.com/2016/08/giddens-anthony-sociologia.pdf>>. Acesso em: 30 Jul. 2018

SENKEVICKS, Adriano Souza. **Gênero em seus usos descritivo**. 22 de outubro 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2011/10/22/genero-em-seus-usos-descritivos/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SENKEVICKS, Adriano Souza. **Conceito de Gênero por Joan Scott: gênero enquanto categoria de análise**. 2011. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/23/o-conceito-de-genero-por-joan-scott-genero-enquanto-categoria-de-analise/>> Acesso em: 27 jun. 2018.

SCOTT, Joan. **O Enigma da Igualdade**. Florianópolis: Revista de estudos feministas, 2005. \_\_\_\_\_. **Gênero; Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. Nova York: Columbia University Press, 1989.